

Produção discente na pós-graduação brasileira – um desafio

André Luiz Barros da Silva¹

Maria do Socorro Fernandes de Carvalho²

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo expor brevemente problemas que envolvem a produção discente nas universidades brasileiras nos cursos de pós-graduação. Há uma demanda institucional pela produção textual discente; como consequência, pesquisadores mestrando têm de dispor de periódicos científicos onde publiquem suas pesquisas. Essa prática científica constitui um verdadeiro desafio ao jovem pesquisador no país. Para contribuir de modo pragmático com o acesso a periódicos acadêmicos abertos ao pesquisador mestrando, organizadores do VIII Seminário de Estudos Linguísticos e Literários, evento anual promovido pelo curso de pós-graduação em letras da UNIFESP, elaboraram um banco de dados com periódicos que aceitam mestrando em suas chamadas. Como resultado, o estudo, além de propor a reflexão sobre a problemática da publicação por discentes, apresenta um pequeno leque de veículos de comunicação acessíveis à pesquisa no nível de Mestrado.

Palavras-chave: Produção acadêmica; Publicação discente; Universidades brasileiras; Periódico; Sistema educacional.

ABSTRACT

The present study aims to present problems that involve the students' production in Brazilian university's postgraduate courses. There is an institutional demand for students' textual production; therefore, master's researchers must have scientific journals in which to publish their research. This scientific practice builds a real challenge for young researchers in Brazil. In order to pragmatically contribute with access to academic journals open to the researcher assuming a master's degree, organizers of the VIII Seminário de Estudos Linguísticos e Literários, an annual event promoted by the postgraduate linguistic and literature courses at UNIFESP, created a database with journals that accept master's students on your article submissions. As a result, the study, in addition to promoting reflection on the issue of students

¹ Professor doutor do curso de Letras da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Email: andre.barros@unifesp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6646-3011>.

² Professora doutora do curso de Letras da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Email: maria.fernandes@unifesp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3576-9915>.



'publication and presents a small range of communication vehicles accessible to research at the master's level.

KEY WORDS

Academic production; Etudent publication; Brazilian universities; Scientific journal; Educational system.

Jovens pesquisadores deparam-se com uma série de dificuldades – em meio a conquistas também diversas – no processo de desenvolvimento de suas pesquisas. Um dos desafios é a exigência de publicar textos que devem ser dados como científicos, em que pese o estágio inicial de seus estudos. O sistema institucional que regulamenta o ensino superior e a pesquisa do Brasil demanda que o mestrando "produza" textos, que devem ser apreciáveis e concorrentes na qualidade que a produção da pesquisa exige. O mestrando põe-se, assim, a caminho para a publicização de sua participação no mundo do saber.

No caso dos pesquisadores ainda no mestrado, o que se indaga é: teria um jovem no início do percurso projetado de sua pesquisa, informações, dados e, sobretudo, conclusões, a dar a público? Aqueles que defendem que sim, advogam que o neófito, ainda que em pequena escala, deve começar a escrever, o que lhe será demandado sempre na condição de pesquisador. Assim, o desafio da escrita científica deve ser enfrentado desde cedo para melhor treino e progressivo alcance de toda a qualidade. Aqueles que recuam para a negativa, advertem, porém, que ao jovem pesquisador, como ao mestrando que dispõe de apenas dois anos para efetuar um projeto de investigação, não convém exigir nenhum acúmulo de conhecimento, nenhuma capacidade de apresentação de resultados, ainda que parciais, nenhum "produto" acabado, perfeito.

Entretanto, partindo da mesma condição demandada de qualificação científica, há algumas indagações que devem ser feitas sobre tal condicionamento. Questões possíveis são aquelas relacionadas às dificuldades de um processo histórico – na verdade, ainda muito recente – de incorporação de modelos de autoavaliação acadêmica (que se propõem também como modo de incentivo à produtividade) importados de sistemas acadêmicos de países



economicamente mais ricos. Em prol dessa implantação está a também recente (mas já prontamente naturalizada) expansão de recursos virtuais *on line*, a permitir, por exemplo, o surgimento de muitos meios de divulgação científica sem o custo da impressão e do transporte e distribuição que demandavam as revistas universitárias impressas em papel.

Tal nova facilidade surge no mesmo momento em que o imperativo, resumido no slogan irônico (e um tanto opressor) *publish or perish* [publique ou pereça], é integrado ou mesmo internalizado no meio acadêmico brasileiro. O modelo de exigência de produtividade medido por número de publicações data dos anos 1950 e vem do meio acadêmico dos Estados Unidos. Em 1996-1997, tal modelo teria sido implantado de forma mais intensiva para professores-pesquisadores, mas também para mestrandos e doutorandos, pela Capes (que, como se sabe, é o órgão que, entre outras atividades, regula a avaliação dos programas de pós-graduação no país).

Segundo Peter A. Bleinroth Schulz, da Faculdade de Ciências Aplicadas da UNICAMP, em Limeira, que estuda o tema: “O número de artigos científicos com o tópico ‘publish or perish’ tem aumentado nos últimos anos, publicados em revistas de diferentes áreas do conhecimento, e não apenas em revistas dedicadas à cientometria” (apud SILVEIRA, 2022). Ele completa: “A percepção é de que a cultura associada ao mandamento precisa ser mudada”. Para ele, o principal problema é que “a publicação deixa de ser uma consequência natural da pesquisa para ser um fim em si mesmo – e deixa-se de avaliar a ciência em si para, simplesmente, considerar o número de artigos e seus indicadores associados” (Idem).

Levando-se ainda em conta que os programas de pós-graduação no Brasil são de criação relativamente recente – ou seja, anos 1970 e início dos anos 1980 –, fica patente o tamanho do desafio trazido pela pura e simples implantação desses nichos de excelência no interior do próprio nicho universitário. Ainda mais se lembrarmos que o critério de avaliação por quantidade (de publicações, mas também de outros itens de produção, como apresentação de trabalhos, participações em bancas etc.) para professores-pesquisadores sofreu certa inflexão a partir dos anos 2000, dada a (inexorável) competição intra-acadêmica e dada a própria



elevação da média geral de produtividade dos pesquisadores (favorecida pelo uso mais expandido de publicações *on line*, por exemplo).

Uma das consequências dos rearranjos institucionais e autoavaliativos relacionados a esse debate é a tentativa de temperar a crítica ácida *tout court* com uma visão mais serena do imperativo de publicar – que, não esqueçamos, é também um imperativo de publicização. De mais a mais, a crítica ferrenha a uma avaliação majoritariamente quantitativa (número de publicações) se baseia na suposta preterição do critério de qualidade ou mesmo de relevância.

A própria definição é dialética, pois já engendra em si a crítica: forma de avaliação centrada na quantidade pura e simples de produções/publicações, em geral pouco lidas ou que não têm maior importância científica (...). A maior parte da crítica é direcionada ao fato de que o centro desse modelo reside em considerar o quanto docentes/pesquisadores/programas/instituições publicam em detrimento da qualidade científica ou da relevância social do que é publicado. (GODOI; XAVIER, 2012).

Por mais que a crítica ao produtivismo acadêmico medido numericamente possa (e deva) ser feita, a verdade é que há limites para ela. Isso porque sempre corre o risco de ser uma postura ambígua, já que há argumentos bastante eloquentes e justos para que a produtividade seja mensurada periodicamente, mesmo quando os pesquisadores são ainda mestrandos ou doutorandos. O que seria de se analisar mais detidamente é se – e de que modo – tais avaliações acabam se traduzindo em pressão competitiva (internalizada ou não). Um dos argumentos mais diretos e mais amplos para se defender a medição de publicações como critério é o de que a sociedade tem o direito de acessar o resultado de pesquisas acadêmicas (científicas). Obviamente, tal argumento traz, embutida ou pressuposta, a ideia de que é a própria sociedade que financia tais pesquisas, já que as mesmas agências do governo responsáveis pela avaliação (dos pesquisadores, mas também dos programas de pós-graduação) o fazem para que recursos de financiamento sejam direcionados para os trabalhos de excelência ou de reconhecida importância. Nesse sentido, se o trinômio avaliação por quantidade/relevância/financiamento periga se tornar uma espécie de labirinto de que não se consegue sair (com uma solução unanimemente aceita sobre critérios e valorações), a verdade é que modelos de avaliação acabam criando uma cultura e se integrando ao dia a dia de trabalho dos pesquisadores, numa



espécie de adaptação e acomodação que se internaliza e se institucionaliza. É o que se percebe ao ler descrições como a que se segue:

As revistas acadêmicas são hoje o principal pilar dos sistemas de divulgação, produção e financiamento científicos. Elas não apenas servem para divulgar as ideias e descobertas de uma dada pesquisa, mas sobretudo para determinar padrões do que vem a ser uma investigação acadêmica legítima e, portanto, digna de prestígio e financiamento. (CAMPOS, 2019).

Há quem chegue a listar as principais consequências negativas da pressão por avaliações de número de publicações. Guilherme Werneck, doutor em saúde pública e epidemiologia pela Universidade de Harvard, professor da UFRJ e da UERJ e estudioso do tema, destaca que entre essas consequências nefastas estão:

[a] ética na pesquisa; [a] credibilidade da ciência; [a] redução do interesse pela carreira acadêmica; [a] qualidade de vida e saúde mental de pesquisadores; [o] desperdício de recursos com pesquisas e artigos pouco relevantes ou não inovadores; [os] custos crescentes do uso de recursos de pesquisa para publicação; [a] explosão de editoras e revistas científicas de má qualidade. (SILVEIRA, 2022).

Se o quadro geral é desafiador (se não desanimador), a verdade é que, no que diz respeito especificamente aos itens relacionados aos custos de publicação, esses foram diminuídos sobremaneira com o uso mais generalizado da *internet* como meio de divulgação de revistas acadêmicas. Obviamente, se há ganho por um lado, por outro há dilemas: a proliferação de revistas pode ser vista, por si só, como fator a dificultar a manutenção do nível de excelência dos artigos (quantidade e rapidez ameaçando a qualidade), bem como a própria qualidade textual do que é publicado, já que aos professores-editores sobra menos tempo e disposição mental para a preparação adequada de uma verdadeira profusão de textos. Mas nada disso é impossível de ser melhorado com o tempo e com a internalização (e institucionalização) dos processos de atribuição de pareceres e de edição das revistas.

No esforço para se entender o que ocorre desde o final dos anos 1990, quando os critérios para medição quantitativa foram adotados no Brasil, há quem já aponte para uma evolução quanto à exigência de outro fator constitutivo de pesquisas: o rigor.

Com a produtividade (medida de forma numérica) e a relevância (social), o rigor parece formar uma tríade inescapável quando se fala em avaliação de pesquisadores. Segundo uma

229



definição rápida, rigor se refere “ao apuro metodológico, à correção dos métodos e procedimentos empregados e à confiabilidade dos resultados” (WOOD Jr., 2016). É claro que tal descrição, feita por alguém da área de administração (Andrew M. Pettigrew, pesquisador inglês influente no estudo de transformações no meio de pesquisa acadêmica britânica), deve ser revista no caso de trabalhos da área de Humanas em geral e, em particular, da área de Letras. Se a “confiabilidade dos resultados” no nosso caso é – de forma estrita – imensurável ou mesmo inavaliável, o apuro metodológico e a correção de métodos e procedimentos deveriam ser avaliados a partir do cuidado com a bibliografia (geral e específica) sobre o tema proposto, bem como com as fontes primárias (no caso de pesquisa histórica, ligada ao livro, por exemplo) e com a concatenação interna dos argumentos, sem falar na externa, com o saber já estabelecido na área de estudo em que se insere a pesquisa. Essa rápida descrição já indica que a qualidade da avaliação por parecer às cegas (sem acesso ao nome do pesquisador) por parte do corpo de pareceristas especializados da área em questão (que prestam esse serviço de forma não remunerada, lembre-se) torna-se um ponto fundamental no caso de artigos de Humanas e de Letras. Andrew M. Pettigrew vem ressaltando o duplo desafio dos pesquisadores: unir a procura pelo rigor com a busca da relevância. Se definimos o rigor acima, a relevância refere-se à “contribuição, ou potencial contribuição, para a ciência” (no caso, o campo das Letras), bem como para a sociedade em geral (Idem).

Pettigrew aponta para o perigo de artigos pueris, ou seja, aqueles que aliam baixo rigor com baixa relevância. Cabe tanto a orientadores quanto a pareceristas – todos eles, como se sabe, sendo também pesquisadores da mesma área específica de estudo – a responsabilidade em rede sobre a manutenção da qualidade dos artigos acadêmicos, bem como da primeira inserção pouco traumática de mestrandos e doutorandos no mundo das publicações.

Provando que o tratamento do tema – inescapável para os pós-graduandos do país todo – ainda é um exercício de crítica sobre prós e contras, há os que veem na exigência de publicação um serviço prestado tanto aos pós-graduandos (que podem, assim, exercitar uma inserção pública de que necessitarão no futuro, na condição de pesquisadores), quanto à sociedade



brasileira em geral. A citação é longa, mas nos parece pertinente quanto ao argumento favorável aos modos de avaliação e cobrança de produtividade:

Em defesa da pressão por produção acadêmica, também se coloca o argumento (...) segundo o qual “os incentivos, exigências e induções da Capes para instalar a cultura da pesquisa e das publicações, em um país sem muita tradição de práticas escritas, justifica-se e é nobre, pois é necessário que os trabalhos dos pesquisadores apareçam no espaço público” (MACHADO, 2007, p. 140). A razão para as exigências da Capes quanto à publicação pelos pesquisadores residiria nessa lógica básica do movimento da ciência (...). Não seria suficiente, para o autor, obedecer às regras para obter resultados, de uma maneira instrumental e mecanicista, sem aprofundar o sentido das recomendações emitidas pelas autoridades oficiais. (PATRUS, DANTAS, SHIGAKI, op. cit.).

Como não poderia deixar de ser, ao se tocar nesses temas, surge a questão das justificativas para a imposição de regras por parte do órgão nacional responsável pela pós-graduação no país.

A Capes não estaria interessada em controlar os caminhos ou os processos adotados, mas, havendo pesquisa, esta teria que oferecer um resultado que aparecesse publicamente. Devido aos altos investimentos envolvendo recursos públicos que não devem ser desperdiçados, espera-se que as pesquisas beneficiem a sociedade e a população. Isso significa que o controle aparentemente rígido e intolerante da Capes poderia ser interpretado como uma “luta contra o desperdício”. (Idem).

Nesse debate, aqueles que consideram inadequada a exigência a pesquisadores neófitos de produção científica, madura o suficiente para obter a chancela de qualificação por meio do aceite de um veículo de comunicação, fazem-no porque consideram que a construção do saber deve obedecer critérios internos de qualificação da pesquisa, dentre os quais encontra-se precisamente o critério do tempo necessário ao conhecimento, internalização e operacionalização do saber, anteriormente à exposição pública de conclusões ou resultados aos interessados. Todos sabem que a socialização dos saberes é condição incontornável da pesquisa acadêmica. Atentos ao critério do tempo, os pensadores contrários à exigência da produtividade de escrita ao mestrando divergem quanto ao “quando” tal produção de conhecimento deve ser compartilhada. Por outro lado, exigências mínimas de número de publicações para pós-graduandos podem ajudar a inseri-los numa nova cultura em que o aluno-pesquisador já trabalha prevendo a possibilidade de composição de ensaios acadêmicos a partir do material pesquisado. Como se sabe, uma solução encontrada para essa questão foi a



criação de revistas acadêmicas destinadas à publicação exclusiva de artigos de pós-graduandos. Porém, como parece ser a sina nesse campo tensionado por desafios, com tal solução não se resolve a questão específica da repercussão das próprias revistas que, sendo compostas apenas de artigos escritos por discentes, desperta principalmente o interesse dos próprios discentes, quando o faz. Em todo caso, e partindo do aspecto (já destacado) de encarar as publicações precoces como exercício de ingresso na carreira de pesquisador, a existência de tais nichos se justifica plenamente.

De modo que, no sistema de pesquisa vigente no Brasil, independentemente de concordar ou não com a demanda institucional, o mestrando deve encontrar veículo acadêmico, um periódico, na maior parte das vezes, que aceite apreciar suas reflexões formalmente submetidas a escrutínio, e que eventualmente tenham qualidade para ser publicadas (em revista, jornal ou mesmo livro acadêmico). No campo das Letras, nos estudos literários especificamente, a demanda por produção científica afeta diretamente o jovem pesquisador. Não apenas no que diz respeito ao efetivo escrever de um texto científico – e o fato de cursos de Escrita Acadêmica se multiplicarem nas universidades nos parece reflexo positivo de uma demanda cada vez maior por qualidade textual –, quanto também à disponibilidade de veículo de publicização de seus escritos.

Tendo em vista essa dificuldade, os organizadores do VIII Seminário de Estudos Linguísticos e Literários (SELL), realizado em 25 de maio de 2022, na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), arrolaram uma breve série de periódicos acadêmicos da área de Letras que aceitam submissão de textos de mestrandos em suas chamadas, com o que o mestrando conta com um pequeno banco de dados de periódicos onde é possível pleitear a sociabilização de resultados de pesquisas ou reflexões em torno às questões inerentes aos objetos de estudos dos cursos de mestrado em Letras.

Assim, fica a proposta da reflexão sobre a problemática da demanda por produtividade discente, como também segue abaixo arrolado um breve conjunto de veículos de comunicação que aceitam submissão de mestrandos:

Periódicos e Revistas que aceitam submissão de trabalhos de mestrandos:

232



Nome da revista	Link de acesso
IPOTESI – REVISTA DE ESTUDOS LITERÁRIOS	https://periodicos.ufjf.br/index.php/ipotesi/index
LETRAS DE HOJE	https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/about/submissions
REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM	http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/index
EDUCAÇÃO & REALIDADE	https://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoe realidade/about
BELT – Brazilian English Language Teaching Journal	https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/belt/about
LINHA D'ÁGUA	https://www.revistas.usp.br/linhadagua/about
DESENREDO	http://seer.upf.br/index.php/rd/Sobre
ABRIL– NEPA / UFF	https://periodicos.uff.br/revistaabril/about
FÓRUM LINGÜÍSTICO	https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/about
ESPAÇO REVISTA	https://www.ines.gov.br/seer/index.php/revista-espaco/about
IMAGENS DA EDUCAÇÃO	https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/about
CADIS - Cadernos Discursivos	https://cadis_letras.catalao.ufg.br/p/5767-diretrizes-para-autores
ESTUDOS SEMIÓTICOS	https://www.revistas.usp.br/esse/about
ENTRETEXTOS	http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos
VIA ATLÂNTICA	https://www.revistas.usp.br/viaatlantica



CADERNOS ACADÊMICOS: conexões literárias	https://lbxxi.org.br/ojs/index.php/cadernos-academicos
ALETRIA: Revista de Estudos de Literatura	https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/about
CADERNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS	http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgl/about
REVISTA DE LETRAS	https://periodicos.fclar.unesp.br/letras/about
LETRAS RARAS	http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/RLR/about
ABUSÕES	https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/abusoes
LINGUARU ARENA	https://ojs.letras.up.pt/index.php/LinguarumArena/index
LEITURA	https://seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/index
DARANDINA REVISTA ELETRÔNICA	https://periodicos.ufjf.br/index.php/darandina/about

Fonte: elaborado pelos autores

Ficam disponíveis abaixo, por fim, alguns textos que tratam da questão nos seguintes links:

Sugestão de artigo
<p>SOUZA, Osmar. Autoria e autonomia em questão: Dificuldades de recém-mestres continuarem escrevendo, apresentando trabalhos em eventos e publicando.</p> <p>O artigo trata do pressuposto da autoria como entendimento de que o processo de escrita, na academia, inscreve o recém-mestre numa comunidade discursiva com determinadas exigências, uma delas sendo a de certa singularidade. Já a autonomia exigida seria no sentido de capacitar-se para criar e tocar novos projetos por conta própria. Investiga-se o caso de um programa de pós-graduação e de seus egressos, que manifestam relutância em especial quanto às publicações.</p> <p><i>Link:</i> https://bu.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/37/13</p>



Referências

CAMPOS, L. A. *Como redigir um parecer acadêmico?* Blog DADOS, Rio de Janeiro, 4 jul. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/39UjTST>. Acesso em: 22 set. 2022.

GODÓI, C. K.; XAVIER, W. G. *O produtivismo e suas anomalias*. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 456-465, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/vPzYx3HtGmPmfzFfKVZD8n/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2022.

MACHADO, A.M.N. *Políticas que impedem o que exigem: dimensões controvertidas na avaliação da pós-graduação brasileira*. Universidade e sociedade, v. 39, p. 137-149, 2007.

PATRUS, R.; DANTAS, D.C.; SHIGAKI, H.B. *O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação strictu sensu: Uma ameaça à solidariedade entre pares?* Cadernos EBAPE.BR 13 (1), Mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/HL7xXqvSVnf43TjFfQ4NVwt/?lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2022.

SILVEIRA, E. da. *Estudos mostram o lado nefasto do produtivismo acadêmico*. Revista Questão de Ciência. 28 fev. 2022. Disponível em: <https://www.revistaquestaoodeciencia.com.br/questao-de-fato/2022/02/28/estudos-mostram-lado-nefasto-do-produtivismo-academico>. Acesso em: 16 set. 2022.

WOOD JR., T. *Origens do produtivismo acadêmico e o caminho do impacto social do conhecimento*. Ensino Superior – Unicamp. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/origens-do-produtivismo-academico-e-o-caminho-do-impacto-social-do-conhecimento>. Acesso em: 15 set. 2022.

